

Relatório

Registo de descrição

Data relatório
2025-05-15

Registo PT/BP/BP-COIMBRA - Agência do Banco de Portugal em Coimbra

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/BP/BP-COIMBRA
Código de referência Nyron	BP-Coimbra
Título	Agência do Banco de Portugal em Coimbra
Datas de produção	1891-02-03 - 2012-12-31
Dimensão e suporte	785 Livros e 92 Caixas ; Centímetros ; Papel
Entidade detentora	Banco de Portugal

História administrativa/biográfica/familiar

Por força do contrato de 10 de Dezembro de 1887 entre o Governo e a direção do Banco de Portugal, esta obrigava-se a criar Caixas Filiais e Agências nas capitais de distrito por contrapartida da detenção do monopólio da emissão de notas. Nesta sequência e, de harmonia com a Carta de Lei de 29 de Julho de 1887, ficaram a cargo do Banco de Portugal os serviços de tesouraria do Estado, provisoriamente organizados a partir de 1 de Janeiro de 1888, ficando à sua frente o tesoureiro pagador do distrito; este desempenharia, de acordo com o Decreto nº 1 de 15 de Dezembro de 1887, as funções de agente provisório do Banco para os serviços de tesouraria do Estado enquanto não se organizassem definitivamente as Agências. Desta forma, a Agência de Coimbra iniciou a sua atividade a 3 de Fevereiro de 1891. Reuniram-se no edifício do Governo Civil onde esta ficaria a funcionar, a título provisório, o tesoureiro pagador do distrito, Adriano Pompílio Teixeira Barbosa, Joaquim Augusto de Carvalho e Santos, proprietário e capitalista da cidade com Eduardo Frederico Pereira de Melo, empregado do Banco devidamente autorizado pelo Conselho de Administração a organizar a agência definitiva do Banco em Coimbra, sendo os dois primeiros nomeados agentes.

A situação económica do distrito era considerada pobre com um fraco movimento comercial. As indústrias mais importantes de Coimbra eram as de cerâmica, malhas e lanifícios, moagem e indústrias alimentares, sabão, curtumes, alpercatas, cerveja, descasque de arroz e serralharia. Contudo o distrito era rico na agricultura, sendo as principais produções, o milho, o arroz, o feijão, o vinho, o azeite e a batata. As principais operações da Agência eram, o desconto de letras, empréstimos, câmbios transferência de fundos, créditos e suprimentos em conta corrente e ainda depósitos à ordem gratuitos. O desconto foi, desde início, a principal operação, principalmente o pequeno desconto.

A rede de correspondentes foi-se alargando a todo o distrito, sendo de vital importância para a operação do desconto, de molde a beneficiar as populações mais afastadas. O distrito chegou a ser servido por uma rede de 31 correspondentes cobrindo todos os concelhos de Coimbra e ainda dois de Leiria, numa área de 3 250 Km².

As dificuldades que a Agência conheceu no início, deveram-se à situação política e económica mas também à crescente concorrência que lhe foi movida pelos restantes estabelecimentos bancários. Com efeito, estes, ao praticarem taxas mais favoráveis e concessões especiais conseguiram afastar da Agência os clientes mais antigos e seguros. O Banco de Portugal também não conseguia atrair mais o desconto na área da lavoura dado que as épocas próprias de produção agrícola, excedendo um trimestre, levavam os agricultores a recorrer ao desconto com prazos mais alargados do que os oferecidos pelo Banco. As operações de desconto foram sofrendo aqui alguma flexibilização. Nos anos 50, houve uma certa revitalização da região, conhecendo as indústrias da cerâmica e têxteis um aumento de produção, com exportação para as colónias portuguesas e francesas, em África. O crescente afluxo de universitários à cidade, nos anos 60, seguida da fixação de muitos serviços administrativos veio proporcionar à cidade de Coimbra novo desenvolvimento. Mas no campo da agricultura, com o êxodo dos trabalhadores para a emigração e elevado custo de mão-de-obra, a região começou a perder o carácter rural que tivera. A mudança política de 1974 deixou a banca portuguesa com falta de liquidez por causa do levantamento generalizado de depósitos, de transferências em moeda estrangeira e ainda da diminuição das remessas de emigrantes. Desta forma, a prática do redesconto junto do Banco de Portugal começou a ser bastante frequente. Em 1975, a Banca foi nacionalizada. Ao Banco de Portugal foi-lhe atribuído, cada vez mais, o papel de Banco central, em detrimento do de banco comercial. A eliminação, em 1976, do desconto direto veio limitar, enormemente, a atividade da Agência que se reduziu aos serviços do Tesouro Público e de Tesouraria. Nesse ano a rede de correspondentes foi também extinta. Em 1978, como consequência da descentralização de serviços, novas tarefas foram confiadas à Agência: Invisíveis Correntes, Centralização de Apontes e Protestos, Bonificação e Compensação de Valores a que se juntou, em 1985, a tarefa da colaboração com a Central de Balanços na Sede. Em 1980, as funções de tesoureiro público junto do funcionalismo público deixaram de ser assegurados pelo Banco, ficando a Agência a funcionar em regime de "banco de acesso condicionado". Em 1985 a Agência contava com 37 empregados, altura em que conheceu uma importante inovação: o sistema de contabilidade geral começou a ser processado informaticamente, datando desta época a crescente informatização da Agência com a correspondente formação dada aos funcionários. A Agência de Coimbra foi uma das agências que se manteve aberta após a reforma dos serviços, prosseguindo até hoje, a sua atividade.

EDIFÍCIO

A Agência começou por ficar instalada no rés-do-chão arrendado ao Governo Civil, então instalado no antigo colégio dos Loios, na Rua Infante D. Augusto. Porém a sua situação geográfica na zona alta e longe da zona comercial, na baixa coimbrã, foi um fator inibidor do seu pleno desenvolvimento, para além da exiguidade do espaço. Cedo se teve de optar por novo edifício construído de raiz e situado em plena zona comercial. Assim em 1907 foram adquiridos dois prédios particulares e um terreno propriedade da Câmara Municipal. O projeto foi entregue ao arquiteto Adães Bermudes e as obras começaram em 1909 terminando três anos depois.

O edifício caracteriza-se pela abundância decorativa ao nível, sobretudo da fachada, com belas janelas divididas por colunelos e rematadas por arquitrave e um frontão, trabalhado a pedra a rematar a fachada principal, com diversas esculturas ladeando um relógio circular. De salientar ainda a cúpula que se divisa por detrás e que corresponde, no interior, a uma claraboia octogonal, em ferro e vidro. Em Novembro de 1912 a Agência já estava instalada neste belo edifício da Praça da Portagem onde ainda hoje funciona. Em 1967, houve obras gerais no edifício, prolongando-se por dois anos, altura em que se inauguraram as remodeladas instalações tendo entretanto, a Agência, funcionado provisoriamente no 1º andar.

Fonte imediata de aquisição ou transferência
Sistema de organização
Condições de acesso
Existência e localização de cópias

Transferência
 Cronológico e numérico
 Parcialmente comunicável
 Nenhuma

Unidades de descrição relacionadas [PT/BP/BP-CG] - Contabilidade Geral; [PT/BP/BP-DEL] - Delegações; BP-Obras;
Para ver as fotografias da Agência consulte: [PT/BP/COLFOT/COIMBRA];
Para ver as Peças Desenhadas da Agência consulte: [PT/BP/OB/PD/COIMBRA].